

CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA

Hoje é dia de paralisação contra o reajuste ZERO%

Ato público será realizado às 9 horas em frente a reitoria. Participe!

A diretoria do STU convoca todos os trabalhadores técnico-administrativos para participarem da paralisação de hoje contra o reajuste ZERO% e contra o encerramento unilateral das negociações do Cresp com o Fórum das Seis.

Estaremos reunidos a partir das 9 horas, em frente à reitoria, para cobrarmos da administração a reposição das perdas salariais a abertura de negociações em relação à pauta específica aprovada pela categoria e o cumprimento dos acordos firmados com a categoria que ainda não foram efetivados.

Dinheiro tem!

Não aceitamos que joguem a conta da crise nas costas dos trabalhadores e da população. Os reitores deveriam agir para que o governo do Estado cumpra a legislação e devolva os recursos do ICMS que não foram repassados para as universidades. Somente nestes últimos três anos as universidades deixaram de receber recursos em torno de R\$ 1 bilhão.

Além disso, os dados da arrecadação do ICMS efeti-

vada até o dia 8 de maio dão conta de um crescimento de 9,40% na arrecadação no mês de abril.

É com luta que se conquista

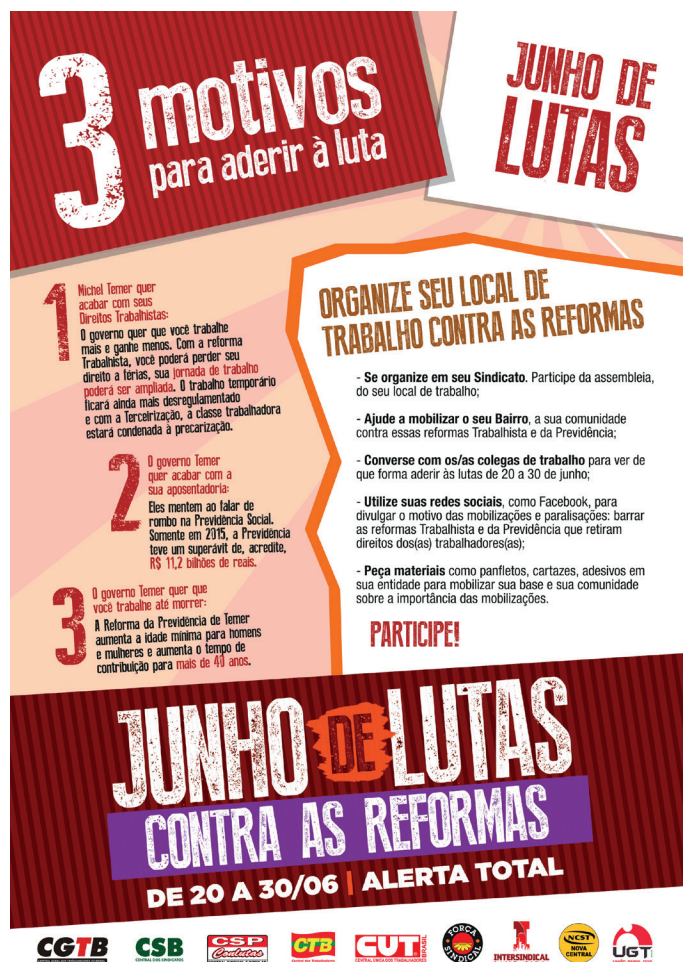
A nossa categoria já reverteu mais de uma vez as propostas de reajuste ZERO%, sempre com luta, mobilização e unidade.

Participe da luta, ajude a reunir a sua unidade e a construirmos uma forte campanha salarial.

30/6: Construir a Greve Geral

Hoje também é dia nacional de lutas e mobilizações. Em todo o país as Centrais Sindicais e movimentos sociais estão organizando atividades preparatórias da Greve Geral, convocada para o dia 30/6 contra as reformas da Previdência, Trabalhista e contra a terceirização.

Aqui na Unicamp realizaremos atividades nas unidades na parte da tarde de hoje para debater e preparar a construção da Greve Geral. Participe!



3 motivos para aderir à luta

JUNHO DE LUTAS

1 Michel Temer quer acabar com seus Direitos Trabalhistas: O governo quer que você trabalhe mais e ganhe menos. Com a reforma Trabalhista, você poderá perder seu direito a férias, sua jornada de trabalho poderá ser ampliada. O trabalho temporário ficará ainda mais desregulado e com a Terceirização, a classe trabalhadora estará condenada a precarização.

2 O governo Temer quer acabar com a sua aposentadoria: Eles mentem ao falar de Rombos na Previdência Social. Somente em 2015, a Previdência teve um superávit de, acredite, R\$ 11,2 bilhões de reais.

3 O governo Temer quer que você trabalhe até morrer: A Reforma da Previdência de Temer aumenta a idade mínima para homens e mulheres e aumenta o tempo de contribuição para mais de 40 anos.

ORGANIZE SEU LOCAL DE TRABALHO CONTRA AS REFORMAS

- Se organize em seu Sindicato. Participe da assembleia, do seu local de trabalho;
- Ajude a mobilizar o seu Bairro, a sua comunidade contra essas reformas Trabalhista e da Previdência;
- Converse com os/as colegas de trabalho para ver de que forma aderir às lutas de 20 a 30 de junho;
- Utilize suas redes sociais, como Facebook, para divulgar o motivo das mobilizações e paralisações: barrar as reformas Trabalhista e da Previdência que retiram direitos dos(as) trabalhadores(as);
- Peça materiais como panfletos, cartazes, adesivos em sua entidade para mobilizar sua base e sua comunidade sobre a importância das mobilizações.

PARTICIPE!

**JUNHO DE LUTAS
CONTRA AS REFORMAS
DE 20 A 30/06 | ALERTA TOTAL**

CGTB CSB CSP Confederação Nacional CUT INTERSINDICAL UGT

NOTAS

- Reunião de unidade no IE: dia 21, às 14h30, no auditório Jorge Tápia.
- Está disponível no site do STU a Pauta Específica, protocolada junto à reitoria.

Assembleia que organizará as eleições do STU será dia 27

Devido a problemas com edital de convocação, a assembleia dos associados marcada para o dia 21/06, foi adiada para o dia 27/06. Essa assembleia definirá o Regimento e a Comissão Eleitoral que organizará as eleições do Sindicato, marcadas para os dias 29, 30 e 31 de agosto de 2017, de acordo com edital das eleições publicado em 29/05/2017. De acordo com artigo 48º do Estatuto, as chapas que concorrerem à eleição devem ser inscritas na sede do STU até 30 (trinta) dias após a publicação do edital das eleições.

A crise de financiamento do sistema público de ensino superior paulista

O editorial “O reajuste nas universidades” (O Estado de S. Paulo, 10/6/2017) contém afirmações errôneas e desconhecimento da realidade e da importância da Unesp, Unicamp e USP para o estado e o país. Na falta de argumentos, opta por agredir a comunidade universitária.

Se vamos falar de financiamento destas instituições, o primeiro ponto é conhecer minimamente sua história. Quando o governador Quéricia publicou o Decreto nº 29.598, de 2/2/1989, as universidades estaduais paulistas adquiriram autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, submetendo-se ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme disposto no artigo 207 da Constituição de 1988. Esse decreto também estabelecia que seriam custeadas pelo percentual global de 8,4% da arrecadação do ICMS - Quota Parte do Estado (ICMS-QPE) no mês de referência. No entanto, segundo avaliação feita pelo Prof. Paulo Renato, reitor da Unicamp à época, as universidades recebiam até então o correspondente a cerca de 11,6% do ICMS-QPE. Assim, o exercício da autonomia universitária começava com uma diminuição substancial dos recursos a elas destinados.

Em 1992, por pressão da comunidade universitária, liderada pelo Fórum das Seis – que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza – a Assembleia Legislativa aprovou o aumento da dotação para 9% do ICMS-QPE. Em 1994, esse índice foi elevado para os atuais 9,57%, passando a valer em 1995.

Portanto, ao reivindicar o percentual de 11,6% do total do produto do ICMS-QPE para as universidades, o Fórum das Seis apenas pleiteia que elas tenham a mesma dotação vigente antes do advento da autonomia.

Ocorre que, nos anos 2000, houve um processo de expansão bastante expressivo, com a criação de novos campi e novos cursos, inclusive nas unidades universitárias já consolidadas. O número de estudantes de graduação, por exemplo, saltou de 98.367 em 1995 para 189.965 em 2016. Já os recursos continuam os mesmos, levando a estrutura a diminuir, em vez de aumentar: o to-

tal de funcionários caiu de 31.704 em 1995 para 29.494 em 2016, enquanto o de docentes estacionou (10.812 em 1995 e 11.655 em 2016). Embora na época das expansões o governo tenha assinado compromissos oficiais – que trazem a rubrica do então secretário de Ciência e Tecnologia, João Carlos de Souza Meirelles – de concessão de mais recursos perenes para as universidades, não os cumpriu.

Muito pelo contrário, em vez de ampliar, o governo estadual reduz os recursos das universidades. Senão, vejamos:

Antes de calcular o repasse dos 9,57% do ICMS-QPE às universidades, o governo retira do total arrecadado (que deve ser a base de cálculo) itens como recursos destinados a programas de Habitação, multas, juros de mora e dívida ativa. De 2014 a 2016, por exemplo, o prejuízo das universidades com esse procedimento foi de cerca de R\$ 900 milhões. É importante ressaltar que nenhum destes descontos na base de cálculo ocorre quando são calculados os 25% do ICMS-QPM, destinados aos municípios paulistas.

Outra distorção é o fato de que as universidades pagam integralmente seus aposentados e pensionistas, inclusive arcando com a insuficiência financeira, definida no Artigo 27 da LC 1.010/2007, que criou a SP-PREV, como “a diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores”. Este mesmo artigo estabelece que “o Estado de São Paulo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras”.

Atualmente, essa insuficiência financeira corresponde, em média, a aproximadamente 19,58% dos recursos oriundos do ICMS-QPE, repassados pelo governo para Unesp, Unicamp e USP, com um perfil de crescimento que, segundo prognósticos feitos a partir dos dados atuais, deverá alcançar um índice superior a 30% em 2026.

Em suma, se o governo Alckmin seguisse a lei – repassando os 9,57% do ICMS-QPE sobre o total do produto arrecadado e arcando com a insuficiência financeira, conforme exige a Lei 1.010/2007 – o quadro financeiro das universidades estaduais pau-

listas, instituições que respondem por metade da produção científica nacional, seria menos grave.

E não aceitamos o discurso – repetido pelo referido editorial – de que a ampliação de recursos para as universidades impediria o governo de “investir em serviços essenciais nas áreas de saúde, transporte e segurança”. Fosse essa a questão, o governo não concederia vultosos volumes em isenções fiscais: o correspondente a 11% do orçamento paulista (R\$ 14 bilhões) em 2017, e a 11,2% em 2018 (R\$ 15 bilhões), conforme previsto em sua proposta de LDO enviada à Assembleia Legislativa.

Por fim, é preciso lembrar que, após manterem-se omissos nos últimos anos, só mais recentemente os reitores parecem ter se dado conta da gravidade da situação e passaram a defender a necessidade de ampliação de recursos para as universidades paulistas. É deles a apresentação de uma emenda à LDO-2018, propondo a ampliação do repasse para 9,95% do total do produto do ICMS-QPE.

Ao contrário do que afirma o editorial do Estadão, o que “compromete projetos pedagógicos, deteriora as condições de trabalho e prejudica as atividades de pesquisa e extensão” é a asfixia financeira e a visão estreita frente às necessidades do desenvolvimento do estado de São Paulo e do Brasil.

Um dos aspectos mais perversos desta situação é a prática dos reitores de atenuar a crise de financiamento das universidades com parte dos recursos da massa salarial. Somente em 2016 e 2017, a não reposição da inflação corroeu o poder aquisitivo de servidores técnico-administrativos e docentes da USP e da Unicamp em cerca de 12%, e da Unesp em aproximadamente 15%.

Em tempo: o Fórum das Seis considera que a carreira dos trabalhadores das universidades públicas paulistas deve ser uma prerrogativa de estado – e não de contingências ocasionais dos eventuais governantes, como ocorre hoje – tendo salvaguardada a integridade da progressão estabelecida quando da contratação desses profissionais. Por isso, defende o atrelamento aos vencimentos estabelecidos pela legislação federal.

Fórum das Seis Entidades